

Saúde: bem ou mal maior?

JOSÉ ROBERTO NOCITE

No Brasil, tradicionalmente, dedica-se pouca importância à saúde. Tanto no orçamento doméstico como no governamental, a falta de recursos dedicados à saúde sempre foi e é ridícula. Possuir o automóvel do ano, investir na apresentação pessoal, viajar ocupando acomodações hoteleiras de "n" estrelas, são atividades prioritárias para as quais o brasileiro separa a quantia que se fizer necessária, dentro do seu orçamento doméstico. Entretanto, quando se trata de

aplicar uma parte deste orçamento com a saúde, ele não vê justificativa e sente-se vítima do infortúnio.

Representativo que é do próprio povo, o governo brasileiro desde longa data dedica as menores parcelas do orçamento da República (e dos Estados, e dos Municípios) à preservação da saúde dos seus cidadãos. Neste ponto ambos, governantes e governados, são coerentes.

O Brasil gasta atualmente com a saúde 37 dólares (aproximadamente 600 cruzados ao câmbio oficial) por habitante POR

ANO. Apenas a título de comparação, países como Venezuela, Jamaica e Portugal gastavam com a saúde em 1979 as quantias de 112, 91 e 79 dólares respectivamente por habitante por ano. Oito anos depois, portanto, nós investimos na saúde da população em média 40% daquilo que aqueles países faziam na época. É ridículo! Já não são passíveis de comparação os gastos dos países do Primeiro Mundo no setor, uma vez que estes dedicam altos PERCENTUAIS do seu Produto Nacional Bruto (muito mais elevado que o nosso) à saúde e à educação.

Estes dados foram apresentados recentemente por Sólton Magalhães Viana, coordenador de Saúde e Previdência da Seplan, que defende o aumento dos gastos com a saúde para, pelo menos, 100 dólares por habitante por ano. Isto depende, infelizmente, de vontade política, e saúde não dá dividendos na área política. Com base nestes dados, é fácil compreender porque o atendimento médico à população é precário.

Eis outro fato que corrobora a frase inicial destas considerações. Vivemos fre-

11 FEV 1987

ESTADO

quentemente, nos hospitais brasileiros, o drama da falta de drogas essenciais ao tratamento dos pacientes. Faltam atualmente medicamentos indispensáveis à anestesia em alguns hospitais. Interpelados, os responsáveis pelos respectivos laboratórios explicaram que estes medicamentos são importados sob a forma de sais e ampolados no Brasil, dependendo portanto sua entrada no País de autorização da Cacex (órgão federal) para a expedição da guia de importação. A CACEX negou esta autorização na época devida (em 1986), razão pela qual os

DE SÃO PAULO

estoques não foram refeitos em tempo hábil. A autorização da Cacex, só recentemente efetivada, permitiu a importação dos sais, mas não evitou o colapso do fornecimento, que só se regularizará em meados de 1987. Quaisquer que tenham sido os motivos do órgão governamental para adotar uma atitude conducente ao colapso do fornecimento destes medicamentos, não foi respeitado o interesse maior, que deveria ser a saúde da população.

Os problemas na área da saúde persistirão enquanto não revertermos.